



► Dança dos Tapuias, do pintor holandês Albert Eckhout, 1610-1666 (fonte: Wikipedia)

Filipe Leonel

Alerta para populações indígenas

Inquérito nacional revela drásticas transformações na saúde desses povos

Segundo dados do Censo 2010, hoje, no Brasil, vivem mais de 800 mil índios, que representam cerca de 0,4% da população brasileira e estão distribuídos em 683 terras indígenas e algumas áreas urbanas. Números que não mensuram a mais recente característica dessa população: o perfil epidemiológico e nutricional dos povos indígenas vive um cenário de transição. Alterações nos padrões alimentares e de atividade física têm provocado drásticas transformações na saúde desse grupo, levando para as aldeias problemas como obesidade, hipertensão arterial e diabetes.

A hipertensão arterial é uma consequência dessas mudanças e já é apontada como uma questão de saúde importante entre as mulheres indígenas,



uma vez que o problema atinge mais de 15% delas. A obesidade também requer cuidados, pois já afeta mais de 50% dessas mulheres (?). As crianças, por sua vez, apresentam desnutrição, diarreia, anemia e carteira de vacinação desatualizada. Essas constatações fazem parte dos resultados do 1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, realizado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

“O objetivo principal dessa pesquisa foi descrever a situação alimentar e nutricional das populações indígenas presentes em todas as macrorregiões brasileiras. É a primeira vez que se tem uma pesquisa de base populacional e estatisticamente representativa dos povos indígenas das diversas macrorregiões

do país”, afirma o coordenador Carlos Everaldo Álvares Coimbra Júnior, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) e editor do periódico científico *Cadernos de Saúde Pública*. O estudo também teve participação dos pesquisadores da Ensp Andrey Moreira Cardoso e Ricardo Ventura Santos.

O trabalho, embora revele situações que deixam em alerta as autoridades de saúde, comprova a crescente preocupação em analisar os hábitos e aspectos relacionados à saúde indígena. E as pesquisas são abrangentes, como comprovam os estudos desenvolvidos na Ensp em diversas linhas de pesquisa, com ampla produção de dissertações e teses sobre populações indígenas: as temáticas incluem doenças respiratórias e infecciosas, saúde de adultos, mulheres e crianças, além das próprias mudanças socioambientais.

O Inquérito Nacional

Com foco nas crianças menores de 60 meses e nas mulheres entre 14 e 49 anos, o estudo cobriu uma amostra de mais de 100 aldeias, nas quais foram pesquisados milhares de domicílios, mulheres e crianças. Os achados evidenciam não apenas diferenças inter-regionais importantes, mas também sugerem a ocorrência de um acelerado processo de transição em saúde nas várias macrorregiões, ainda que em graus distintos. “As mulheres indígenas que vivem na macrorregião Norte apresentam menor nível de escolaridade e maior quantidade de filhos. Os resultados também apontam para um perfil de saúde, referente às mulheres do Norte, em que sobrepeso, obesidade e níveis tensionais se mostram menos frequentes e mais baixos que nas demais macrorregiões”, exemplifica Coimbra.

No caso das crianças, os resultados do inquérito confirmam, em escala nacional, que a desnutrição – avaliada por meio do indicador baixa estatura para idade – se traduz como um problema de enorme magnitude no país, atingindo uma em cada três crianças indígenas brasileiras. Na população residente na macrorregião Norte, as prevalências foram de mais de 40%. “Se levar-

mos em conta outros parâmetros nutricionais, como anemia, que alcança mais de 50%, fica evidente a precária situação nutricional das crianças indígenas”, destaca o coordenador.

Doenças respiratórias

A mudança de perfil da população indígena requer melhorias nas condições de moradia e saneamento. Em sua tese de doutorado, o pesquisador da Ensp Andrey Moreira Cardoso verificou que modificações em alguns aspectos da vida desse grupo interferem na prevalência de doenças respiratórias agudas. “É possível identificar claras iniquidades em saúde nos povos indígenas se comparados aos demais segmentos sociais, sendo os indígenas mundialmente vulneráveis às infecções respiratórias agudas”, ressalta.

Em seu estudo, Andrey acompanhou 6.483 indígenas do povo Guarani, contabilizando 666 hospitalizações concentradas em 497 indivíduos – a maioria crianças na faixa etária abaixo de 5 anos (71,9%). “As doenças respiratórias foram as principais causas de hospitalização (64,6%), sobretudo em menores de 5 anos, que representaram 77,6%. A taxa de hospitalização por infecções respiratórias agudas em menores de 5 anos foi de 23,7 por 100 pessoas ao ano, superando em 7,4 e 5,4 vezes as taxas de hospitalização por diarreia e por demais causas, respectivamente”, analisa o pesquisador.

A tese enfatiza também fatores de risco expressivos para doenças respiratórias agudas, como não ter salário fixo na família; baixa idade materna; dormir no chão; número de crianças menores de 5 anos adicionais no domicílio; e localização do fogo principal no interior do domicílio sem divisória de cômodo. “Os resultados indicam condições de vulnerabilidade relacionadas à pobreza e a piores condições socioeconômicas, habitacionais, nutricionais e de atenção à saúde”, resume Andrey. “Intervenções para minimizar essas iniquidades devem ser pautadas na garantia da subsistência, na redução da pobreza e da fome, na promoção de ambientes saudáveis e na atenção primária de qualidade”, conclui. 